



MOÇÃO

«NÃO HÁ NEUTRALIDADE NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS»

1º Subscritor: **Bruno Martins** (BE)

Na passada terça-feira foi tornada pública a informação de que o governo Português não assinou a carta à Comissão Europeia, subscrita por 13 Estados-membros, onde o executivo comunitário é instado a "utilizar todos os instrumentos à sua disposição para garantir o pleno respeito do direito europeu", perante uma lei húngara considerada "discriminatória para as pessoas LGBTI+".

"Expressamos a nossa profunda preocupação quanto à adoção, pelo parlamento húngaro, de legislação discriminatória em relação às pessoas LGBTQI (lésbicas, 'gays', bissexuais, transgénero, 'queer' e intersexuais) e que viola o direito à liberdade de expressão sob o pretexto de proteger as crianças", lê-se na missiva, subscrita por Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Alemanha, Irlanda, Espanha, Dinamarca, Finlândia, Suécia, Estónia, Letónia e Lituânia.

Os países signatários referem que o novo diploma húngaro, que "introduz uma proibição da representação e da promoção de uma identidade de género diferente do sexo à nascença, da mudança de sexo e da homossexualidade' junto de pessoas com menos de 18 anos", constitui "uma forma flagrante de discriminação assente na orientação sexual, na identidade e na expressão do género".

Ainda que tenha referido estar de acordo com o conteúdo do documento, a secretária de Estado dos Assuntos Europeus assinalou que Portugal não subscreveu esta carta devido ao "dever de neutralidade" que tem enquanto presidência do Conselho da UE.

Assim, a Assembleia Municipal de Évora reunida a 25 de junho de 2021, delibera:

- 1) Instar o Governo a reverter rapidamente a sua posição, uma vez que considera que não pode haver neutralidade perante a violação de direitos humanos;

Évora, 25 de junho de 2021

[Aprovada por maioria, com 16 votos a favor (14 da CDU, 1 do PSD e 1 do BE) e 15 abstenções (12 do PS, 2 do PSD e 1 da Coligação «Afirmar Évora 2017»)]